

Elton Baiocco

Advogado. Professor do IBPEX/Centro Universitário Uninter. Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Direito. Bacharel em Sistemas de Informação. Membro do e-Justiça – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Justiça Eletrônica da UFPR. Membro do GEDEL – Grupo de Estudos em Direito Eletrônico do TRT da 3ª Região.

**PROCESSO ELETRÔNICO
E
SISTEMA PROCESSUAL**

O Processo Civil na Sociedade da Informação

Prefácio de
Sérgio Cruz Arenhart

Curitiba
Juruá Editora
2013

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-4490-7

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Baiocco, Elton.

B162 Processo eletrônico e sistema processual: o processo
civil na sociedade da informação./ Elton Baiocco./ Curi-
tiba: Juruá, 2013.
186p.

1. Processo civil. 2. Sociedade da informação. 3. Pro-
cesso eletrônico. 4. Justiça – Informática. I. Título.

CDD 347 (22.ed.)
CDU 347.9

000174

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	25
INTRODUÇÃO.....	27
1 A JURISDIÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO: A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE ÍNDOLE PROCESSUAL	31
1.1 A importância das garantias fundamentais na sistemática processual.....	33
1.2 A inafastabilidade do Poder Judiciário.....	40
1.3 O problema da demora na prestação jurisdicional	47
1.3.1 A implicação da adoção de um modelo de jurisdição eminentemente declaratória	58
1.3.2 O arcabouço normativo e as sucessivas reformas	60
1.3.3 Os entraves de ordem estrutural – o <i>deficit</i> de informatização	63
1.3.4 Os efeitos da morosidade do Poder Judiciário	66
1.4 A razoável duração do processo em harmonia com as demais garantias fundamentais.....	68
1.4.1 Origem do direito ao processo com duração razoável – esforço histórico	69
1.4.2 Significado da garantia fundamental à razoável duração do processo.....	73
2 ASPECTOS TECNOLÓGICOS APLICADOS AO PROCESSO	83
2.1 Informática e internet.....	85
2.2 Evolução legislativa no Brasil e recomendações do Conselho Europeu.....	89
2.3 O uso da informática e da internet na administração da justiça	92

2.4	A nova roupagem da jurisdição no processo eletrônico	96
2.4.1	A jurisdição na sociedade da informação	97
2.4.2	Processo eletrônico ou procedimento eletrônico?	101
2.4.3	Princípios processuais: uma visão remodelada a partir das novas tecnologias da informação	104
2.5	A Lei 11.419/06 e a nova perspectiva de processo	115
2.5.1	A comunicação dos atos processuais e o Diário de Justiça Eletrônico	117
2.5.2	A prática de atos processuais por meio eletrônico.....	122
2.5.3	A autonomia dos diferentes Órgãos do Poder Judiciário	127
2.6	Meios alternativos de resolução de controvérsias na internet: um universo a ser explorado.....	135
3	O PROCESSO ELETRÔNICO COMO MEIO DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS.....	139
3.1	As experiências de outros países.....	140
3.1.1	Portugal	140
3.1.2	Estados Unidos da América.....	143
3.1.3	Alemanha.....	144
3.1.4	Itália	147
3.1.5	Austrália	149
3.2	Tramitação eletrônica como sinônimo de segurança.....	149
3.2.1	A certificação digital como requisito de segurança	150
3.2.2	Interoperabilidade: uma exigência para integração	153
3.2.3	Usabilidade: fatores que contribuem para uma interação amigável	156
3.3	A razoável duração do processo eletrônico: novas perspectivas.....	157
3.3.1	Os atos processuais em meio eletrônico e a celeridade na execução	159
3.3.2	A necessidade de uma Teoria Geral do Ato Processual Eletrônico	164
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	REFERÊNCIAS.....	171
	ÍNDICE ALFABÉTICO	181

LISTA DE SIGLAS

ABIO	- Associação Brasileira das Imprensas Oficiais
ADI	- Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADR	- <i>Alternative Dispute Resolution</i>
AJUFE	- Associação dos Juizes Federais
ANATEL	- Agência Nacional de Telecomunicações
ARISP	- Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo
ARPANET	- <i>Advanced Research Projects Agency Network</i>
BNDDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CGI.br	- Comitê Gestor da Internet no Brasil
CNJ	- Conselho Nacional de Justiça
CONIN	- Conselho Nacional de Informática e Automação
CPC	- Código de Processo Civil
CRFB	- Constituição da República Federativa do Brasil (1988)
DARPA	- <i>Defense Advanced Research Projects Agency</i>
DNS	- <i>Domain Name Services</i>
EC	- Emenda Constitucional
e-Proc	- Sistema informatizado de tramitação processual do TRF da 4. ^a Região
EUA	- Estados Unidos da América
HTML	- <i>Hypertext Markup Language</i>
HTTP	- <i>Hypertext Transfer Protocol</i>
IAPL	- <i>International Association of Procedural Law</i>
IBDE	- Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico
ICANN	- <i>Internet Corporation for Assigned Numbers and Names</i>
ICP-Brasil	- Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IHC	- Interação Humano-Computador